



Ministério da Educação

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM
DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Área de conhecimento do curso conforme tabela do CNPq:

Educação (7.08.00.00-6)

São José dos Campos

Março/ 2018



PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Michel Temer

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

José Mendonça Bezerra Filho

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Eline Neves Braga Nascimento

REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO

Eduardo Antônio Modena

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Reginaldo Vitor Pereira

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Paulo Fernandes Júnior

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Whisner Fraga Mamede

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Elaine Inácio Bueno

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

Wilson de Andrade Matos

DIRETOR DO *CAMPUS*

Luiz Gustavo de Oliveira

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO CURSO

Prof. Dr. Andrei Venturini Martins

Profa. Dra. Graziela Marchi Tiago

Profa. Dra. Livia Carolina Vieira

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa

ÍNDICE

1	IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO:	1
1.1	REITORIA.....	1
1.2	IDENTIFICAÇÃO DO CAMPUS	1
1.3	MISSÃO.....	2
1.4	HISTÓRICO INSTITUCIONAL.....	2
1.4.1	A ESCOLA DE APRENDIZES E ARTÍFICES DE SÃO PAULO.....	4
1.4.2	O LICEU INDUSTRIAL DE SÃO PAULO:.....	5
1.4.3	A ESCOLA INDUSTRIAL DE SÃO PAULO E A ESCOLA TÉCNICA DE SÃO PAULO....	6
1.4.4	A ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE SÃO PAULO.....	8
1.4.5	O CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE SÃO PAULO.....	9
1.4.6	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO.10	
1.4.7	HISTÓRICO DO CÂMPUS.....	11
2	JUSTIFICATIVA E DEMANDA DE MERCADO	13
3	OBJETIVOS	17
3.1	OBJETIVOS GERAIS.....	17
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	17
4	PERFIL DO EGRESSO	18
5	PÚBLICO-ALVO	19
6	CONCEPÇÃO DO PROGRAMA	19
7	LINHAS DE PESQUISA	19
8	CARGA HORÁRIA	20
9	PERÍODO E PERIODICIDADE	20
10	CRITÉRIO DE SELEÇÃO	21
11	COORDENAÇÃO DO CURSO	21
12	COLEGIADO DE CURSO	22
13	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	22
13.1	IDENTIFICAÇÃO DO CURSO.....	23
13.2	ESTRUTURA CURRICULAR	24
13.3	REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO.....	25
13.4	PLANOS DE ENSINO	26
14	CORPO DOCENTE	40
14.1	CORPO TÉCNICO PEDAGÓGICO	40

15	METODOLOGIA	41
15.1	INTERDISCIPLINARIDADE	41
16	CRITÉRIOS DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E CONTROLE DE FREQUÊNCIA	43
17	APROVEITAMENTO DE ESTUDOS	43
18	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	44
19	INDICADORES DE DESEMPENHO	44
20	CERTIFICAÇÃO	45
21	INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	45
21.1	INFRA-ESTRUTURA FÍSICA	45
21.2	LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA	47
21.3	LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS.....	47
21.4	BIBLIOTECA : ACERVO POR ÁREA DO CONHECIMENTO/EXEMPLARES POR CLASSIFICAÇÃO CNPQ	47
22	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47
23	APÊNDICE: MODELO DE CERTIFICADO	48

1 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO:

1.1 REITORIA

NOME: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

SIGLA: IFSP

CNPJ: 10882594/0001-65

NATUREZA JURÍDICA: Autarquia Federal

VINCULAÇÃO: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC)

ENDEREÇO: Rua Pedro Vicente, 625 – Canindé - São Paulo/Capital

CEP: 01109-010

TELEFONES: (11) 2763-7563 (Reitoria)

PÁGINA INSTITUCIONAL NA INTERNET: <http://www.ifsp.edu.br>

ENDEREÇO ELETRÔNICO: proensino@ifsp.edu.br

DADOS SIAFI: UG: 153026

GESTÃO: 15220

NORMA DE CRIAÇÃO: Lei Nº 11.892 de 29/12/2008

NORMAS QUE ESTABELECEM A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADOTADA NO PERÍODO: Lei Nº 11.892 de 29/12/2008

FUNÇÃO DE GOVERNO PREDOMINANTE: Educação

1.2 IDENTIFICAÇÃO DO CAMPUS

NOME: São José dos Campos

SIGLA: IFSP - SJC

CNPJ: 10.882.594/0028-85

ENDEREÇO: Rodovia Presidente Dutra, km 145, Jardim Diamante, São José dos Campos, SP

PÁGINA INSTITUCIONAL NA INTERNET: www.sjc.ifsp.edu.br

AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO: Portaria MEC nº 330 de 23 de abril de 2013. Publicação no DOU em 24/04/2013.

1.3 MISSÃO

Consolidar uma práxis educativa que contribua para a inserção social, à formação integradora e à produção do conhecimento.

1.4 HISTÓRICO INSTITUCIONAL

Historicamente, a educação brasileira passa a ser referência para o desenvolvimento de projetos econômico-sociais, principalmente, a partir do avanço da industrialização pós-1930.

Nesse contexto, a escola como o lugar da aquisição do conhecimento passa a ser esperança de uma vida melhor, sobretudo, no avanço da urbanização que se processa no país. Apesar de uma oferta reduzida de vagas escolares, nem sempre a inserção do aluno significou a continuidade, marcando a evasão como elemento destacado das dificuldades de sobrevivência dentro da dinâmica educacional brasileira, além de uma precária qualificação profissional.

Na década de 1960, a internacionalização do capital multinacional nos grandes centros urbanos do Centro Sul acabou por fomentar a ampliação de vagas para a escola fundamental. O projeto tinha como princípio básico fornecer algumas habilidades necessárias para a expansão do setor produtivo, agora identificado com a produção de bens de consumo duráveis. Quando a popularização da escola pública se fortaleceu, as questões referentes à interrupção do processo de escolaridade também se evidenciaram, mesmo porque havia um contexto de estrutura econômica que, de um lado, apontava para a rapidez do processo produtivo e, por outro, não assegurava melhorias das condições de vida e nem mesmo indicava mecanismos de permanência do estudante, numa perspectiva formativa.

A Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional – LDB 5692/71, de certa maneira, tentou obscurecer esse processo, transformando a escola de nível fundamental num primeiro grau de oito anos, além da criação do segundo grau como definidor do caminho à profissionalização. No que se referia a esse último grau de ensino, a oferta de vagas não era suficiente para a expansão da escolaridade da classe média que almejava um mecanismo de acesso à universidade. Nesse sentido, as vagas não contemplavam toda a demanda social e o que de fato ocorria era uma exclusão das camadas populares. Em termos educacionais, o período caracterizou-se pela privatização do ensino, institucionalização do ensino “pseudo-profissionalizante” e demasiado tecnicismo pedagógico.

Deve-se levar em conta que o modelo educacional brasileiro historicamente não valorizou a profissionalização visto que as carreiras de ensino superior é que eram reconhecidas socialmente no âmbito profissional. Este fato foi reforçado por uma industrialização dependente e tardia que não desenvolvia segmentos de tecnologia avançada e, conseqüentemente, por um contingente de força de trabalho que não requeria senão princípios básicos de leitura e aritmética destinados, apenas, aos setores instalados nos centros urbano-industriais, prioritariamente no centro-sul.

A partir da década de 1970, entretanto, a ampliação da oferta de vagas em cursos profissionalizantes apontava um novo estágio da industrialização brasileira ao mesmo tempo que privilegiava a educação privada em nível de terceiro grau.

Mais uma vez, portanto, se colocava o segundo grau numa condição intermediária sem terminalidade profissional e destinado às camadas mais favorecidas da população. É importante destacar que a pressão social por vagas nas escolas, na década de 1980, explicitava essa política.

O aprofundamento da inserção do Brasil na economia mundial trouxe o acirramento da busca de oportunidades por parte da classe trabalhadora que via perderem-se os ganhos anteriores, do ponto de vista da obtenção de um posto de trabalho regular e da escola como formativa para as novas demandas do mercado. Esse processo se refletiu no desemprego em massa constatado na década de 1990, quando se constitui o grande contingente de trabalhadores na informalidade, a flexibilização da economia e a consolidação do neoliberalismo. Acompanharam esse movimento: a migração intraurbana, a formação de novas periferias e a precarização da estrutura educacional no país.

As Escolas Técnicas Federais surgiram num contexto histórico que a industrialização sequer havia se consolidado no país. Entretanto, indicou uma tradição que formava o artífice para as atividades prioritárias no setor secundário.

Durante toda a evolução da economia brasileira e sua vinculação com as transformações postas pela Divisão Internacional do Trabalho, essa escola teve participação marcante e distinguia seus alunos dos demais candidatos, tanto no mercado de trabalho, quanto na universidade.

Contudo, foi a partir de 1953 que se iniciou um processo de reconhecimento do ensino profissionalizante como formação adequada para a universidade. Esse aspecto foi reiterado em 1959 com a criação das escolas técnicas e consolidado com a LDB 4024/61. Nessa perspectiva, até a LDB 9394/96, o ensino técnico equivalente ao ensino médio foi reconhecido como acesso ao ensino superior. Essa situação se rompe com o Decreto 2208/96 que é refutado a partir de 2005 quando se assume novamente o ensino médio técnico integrado.

Nesse percurso histórico, pode-se perceber que o IFSP nas suas várias caracterizações (Escolas de Artífices, Escola Técnica, CEFET e Escolas Agrotécnicas) assegurou a oferta de trabalhadores qualificados para o mercado, bem como se transformou numa escola integrada no nível técnico, valorizando o ensino superior e, ao mesmo tempo, oferecendo oportunidades para aqueles que, injustamente, não conseguiram acompanhar a escolaridade regular.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP foi instituído pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, mas, para abordarmos a sua criação, devemos observar como o IF foi construído historicamente, partindo da Escola de Aprendizes e Artífices de São Paulo, o Liceu Industrial de São Paulo, a Escola Industrial de São Paulo e Escola Técnica de São Paulo, a Escola Técnica Federal de São Paulo e o Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo.

1.4.1 A ESCOLA DE APRENDIZES E ARTÍFICES DE SÃO PAULO

A criação dos atuais Institutos Federais se deu pelo Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, com a denominação de Escola de Aprendizes e Artífices, então localizadas nas capitais dos estados existentes, destinando-as a propiciar o ensino primário profissional gratuito (FONSECA, 1986). Este decreto representou o marco inicial das atividades do governo federal no campo do ensino dos ofícios e

determinava que a responsabilidade pela fiscalização e manutenção das escolas seria de responsabilidade do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Na Capital do Estado de São Paulo, o início do funcionamento da escola ocorreu no dia 24 de fevereiro de 1910¹, instalada precariamente num barracão improvisado na Avenida Tiradentes, sendo transferida, alguns meses depois, para as instalações no bairro de Santa Cecília, à Rua General Júlio Marcondes Salgado, 234, lá permanecendo até o final de 1975². Os primeiros cursos oferecidos foram de tornearia, mecânica e eletricidade, além das oficinas de carpintaria e artes decorativas (FONSECA, 1986).

O contexto industrial da Cidade de São Paulo, provavelmente aliado à competição com o Liceu de Artes e Ofícios, também, na Capital do Estado, levou a adaptação de suas oficinas para o atendimento de exigências fabris não comuns na grande maioria das escolas dos outros Estados. Assim, a escola de São Paulo, foi das poucas que ofereceram desde seu início de funcionamento os cursos de tornearia, eletricidade e mecânica e não ofertaram os ofícios de sapateiro e alfaiate comuns nas demais.

Nova mudança ocorreu com a aprovação do Decreto nº 24.558, de 03 de julho de 1934, que expediu outro regulamento para o ensino industrial, transformando a inspetoria em superintendência.

1.4.2 O LICEU INDUSTRIAL DE SÃO PAULO³:

O ensino no Brasil passou por uma nova estruturação administrativa e funcional no ano de 1937, disciplinada pela Lei nº 378, de 13 de janeiro, que regulamentou o recém-denominado Ministério da Educação e Saúde. Na área educacional, foi criado o Departamento Nacional da Educação que, por sua vez, foi estruturado em oito divisões de ensino: primário, industrial, comercial, doméstico, secundário, superior, extraescolar e educação física (Lei nº 378, 1937).

A nova denominação, de Liceu Industrial de São Paulo, perdurou até o ano de 1942, quando o Presidente Getúlio Vargas, já em sua terceira gestão no governo

¹ A data de 24 de fevereiro é a constante na obra de FONSECA (1986).

² A respeito da localização da escola, foram encontrados indícios nos prontuários funcionais de dois de seus ex-diretores, de que teria, também, ocupado instalações da atual Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, na cidade de São Paulo.

³ Apesar da Lei nº 378 determinar que as Escolas de Aprendizes Artífices seriam transformadas em Liceus, na documentação encontrada no CEFET-SP o nome encontrado foi o de Liceu Industrial, conforme verificamos no Anexo II.

federal (10 de novembro de 1937 a 29 de outubro de 1945), baixou o Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro, definindo a Lei Orgânica do Ensino Industrial que preparou novas mudanças para o ensino profissional.

1.4.3 A ESCOLA INDUSTRIAL DE SÃO PAULO E A ESCOLA TÉCNICA DE SÃO PAULO

Em 30 de janeiro de 1942, foi baixado o Decreto-Lei nº 4.073, introduzindo a Lei Orgânica do Ensino Industrial e implicando a decisão governamental de realizar profundas alterações na organização do ensino técnico. Foi a partir dessa reforma que o ensino técnico industrial passou a ser organizado como um sistema, passando a fazer parte dos cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação (MATIAS, 2004).

Esta norma legal foi, juntamente as Leis Orgânicas do Ensino Comercial (1943) e Ensino Agrícola (1946), a responsável pela organização da educação de caráter profissional no país. Neste quadro, também conhecido como Reforma Capanema, o Decreto-Lei 4.073, traria “unidade de organização em todo território nacional”. Até então, “a União se limitara, apenas a regulamentar as escolas federais”, enquanto as demais, “estaduais, municipais ou particulares regiam-se pelas próprias normas ou, conforme os casos, obedeciam a uma regulamentação de caráter regional” (FONSECA, 1986).

No momento que o Decreto-Lei nº 4.073, de 1942 passava a considerar a classificação das escolas em técnicas, industriais, artesanais ou de aprendizagem, estava criada uma nova situação indutora de adaptações das instituições de ensino profissional e, por conta desta necessidade de adaptação, foram se seguindo outras determinações definidas por disposições transitórias para a execução do disposto na Lei Orgânica.

A primeira disposição foi enunciada pelo Decreto-Lei nº 8.673, de 03 de fevereiro de 1942, que regulamentava o Quadro dos Cursos do Ensino Industrial, esclarecendo aspectos diversos dos cursos industriais, dos cursos de mestría e, também, dos cursos técnicos. A segunda, pelo Decreto 4.119, de 21 de fevereiro de 1942, determinava que os estabelecimentos federais de ensino industrial passariam à categoria de escolas técnicas ou de escolas industriais e definia, ainda, prazo até 31 de dezembro daquele ano para a adaptação aos preceitos fixados pela Lei Orgânica. Pouco depois, era a vez do Decreto-Lei nº 4.127, assinado em 25 de

fevereiro de 1942, que estabelecia as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial, instituindo as escolas técnicas e as industriais (FONSECA, 1986).

Foi por conta desse último Decreto, de número 4.127, que se deu a criação da Escola Técnica de São Paulo, visando a oferta de cursos técnicos e os cursos pedagógicos, sendo eles das esferas industriais e de mestria, desde que compatíveis com as suas instalações disponíveis, embora ainda não autorizada a funcionar. Instituiu, também, que o início do funcionamento da Escola Técnica de São Paulo estaria condicionada a construção de novas e próprias instalações, mantendo-a na situação de Escola Industrial de São Paulo enquanto não se concretizassem tais condições.

Ainda quanto ao aspecto de funcionamento dos cursos considerados técnicos, é preciso mencionar que, pelo Decreto nº 20.593, de 14 de Fevereiro de 1946, a escola paulista recebeu autorização para implantar o Curso de Construção de Máquinas e Motores. Outro Decreto de nº 21.609, de 12 de agosto 1946, autorizou o funcionamento de outro curso técnico, o de Pontes e Estradas.

Retornando à questão das diversas denominações do IFSP, apuramos em material documental a existência de menção ao nome de Escola Industrial de São Paulo em raros documentos. Nessa pesquisa, observa-se que a Escola Industrial de São Paulo foi a única transformada em Escola Técnica. As referências aos processos de transformação da Escola Industrial à Escola Técnica apontam que a primeira teria funcionado na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, fato desconhecido pelos pesquisadores da história do IFSP (PINTO, 2008).

Também na condição de Escola Técnica de São Paulo, desta feita no governo do Presidente Juscelino Kubitschek (31 de janeiro de 1956 a 31 de janeiro de 1961), foi baixado outro marco legal importante da Instituição. Trata-se da Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, que determinou sua transformação em entidade autárquica⁴. A mesma legislação, embora de maneira tópica, concedeu maior abertura para a participação dos servidores na condução das políticas administrativa e pedagógica da escola.

Importância adicional para o modelo de gestão proposto pela Lei 3.552, foi definida pelo Decreto nº 52.826, de 14 de novembro de 1963, do presidente João

⁴ Segundo Meirelles (1994, p. 62 – 63), *apud* Barros Neto (2004), “Entidades autárquicas são pessoas jurídicas de Direito Público, de natureza meramente administrativa, criadas por lei específica, para a realização de atividades, obras ou serviços descentralizados da entidade estatal que as criou.”

Goulart (24 de janeiro de 1963 a 31 de março de 1964), que autorizou a existência de entidades representativas discentes nas escolas federais, sendo o presidente da entidade eleito por escrutínio secreto e facultada sua participação nos Conselhos Escolares, embora sem direito a voto.

Quanto à localização da escola, dados dão conta de que a ocupação de espaços, durante a existência da escola com as denominações de Escola de Aprendizes Artífices, Liceu Industrial de São Paulo, Escola Industrial de São Paulo e Escola Técnica de São Paulo, ocorreram exclusivamente na Avenida Tiradentes, no início das atividades, e na Rua General Júlio Marcondes Salgado, posteriormente.

1.4.4 A ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE SÃO PAULO

A denominação de Escola Técnica Federal surgiu logo no segundo ano do governo militar, por ato do Presidente Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (15 de abril de 1964 a 15 de março de 1967), incluindo pela primeira vez a expressão federal em seu nome e, desta maneira, tornando clara sua vinculação direta à União.

Essa alteração foi disciplinada pela aprovação da Lei nº. 4.759, de 20 de agosto de 1965, que abrangeu todas as escolas técnicas e instituições de nível superior do sistema federal.

No ano de 1971, foi celebrado o Acordo Internacional entre a União e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cuja proposta era a criação de Centros de Engenharia de Operação, um deles junto à escola paulista. Embora não autorizado o funcionamento do referido Centro, a Escola Técnica Federal de São Paulo – ETFSP acabou recebendo máquinas e outros equipamentos por conta do acordo.

Ainda, com base no mesmo documento, o destaque e o reconhecimento da ETFSP iniciou-se com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº. 5.692/71, possibilitando a formação de técnicos com os cursos integrados, (médio e técnico), cuja carga horária, para os quatro anos, era em média de 4.500 horas/aula.

Foi na condição de ETFSP que ocorreu, no dia 23 de setembro de 1976, a mudança para as novas instalações no Bairro do Canindé, na Rua Pedro Vicente, 625. Essa sede ocupava uma área de 60 mil m², dos quais 15 mil m² construídos e 25 mil m² projetados para outras construções.

À medida que a escola ganhava novas condições, outras ocupações surgiram no mundo do trabalho e outros cursos foram criados. Dessa forma, foram implementados os cursos técnicos de Eletrotécnica (1965), de Eletrônica e Telecomunicações (1977) e de Processamento de Dados (1978) que se somaram aos de Edificações e Mecânica, já oferecidos.

No ano de 1986, pela primeira vez, após 23 anos de intervenção militar, professores, servidores administrativos e alunos participaram diretamente da escolha do diretor, mediante a realização de eleições. Com a finalização do processo eleitoral, os três candidatos mais votados, de um total de seis que concorreram, compuseram a lista tríplice encaminhada ao Ministério da Educação para a definição daquele que seria nomeado.

Foi na primeira gestão eleita (Prof. Antônio Soares Cervila) que houve o início da expansão das unidades descentralizadas - UNEDs da escola, com a criação, em 1987, da primeira do país, no município de Cubatão. A segunda UNED do Estado de São Paulo principiou seu funcionamento no ano de 1996, na cidade de Sertãozinho, com a oferta de cursos preparatórios e, posteriormente, ainda no mesmo ano, as primeiras turmas do Curso Técnico de Mecânica, desenvolvido de forma integrada ao ensino médio.

1.4.5 O CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE SÃO PAULO

No primeiro governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, o financiamento da ampliação e reforma de prédios escolares, aquisição de equipamentos, e capacitação de servidores, no caso das instituições federais, passou a ser realizado com recursos do Programa de Expansão da Educação Profissional - PROEP (MATIAS, 2004).

Por força de um decreto sem número, de 18 de janeiro de 1999, baixado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso (segundo mandato de 01 de janeiro de 1999 a 01 de janeiro de 2003), se oficializou a mudança de denominação para CEFET- SP.

Igualmente, a obtenção do *status* de CEFET propiciou a entrada da Escola no oferecimento de cursos de graduação, em especial, na Unidade de São Paulo, onde, no período compreendido entre 2000 a 2008, foi ofertada a formação de tecnólogos na área da Indústria e de Serviços, Licenciaturas e Engenharias.

Desta maneira, as peculiaridades da pequena escola criada há quase um século e cuja memória estrutura sua cultura organizacional, majoritariamente, desenhada pelos servidores da Unidade São Paulo, foi sendo, nessa década, alterada por força da criação de novas unidades, acarretando a abertura de novas oportunidades na atuação educacional e discussão quanto aos objetivos de sua função social.

A obrigatoriedade do foco na busca da perfeita sintonia entre os valores e possibilidades da Instituição foi impulsionada para atender às demandas da sociedade em cada localidade onde se inaugurava uma Unidade de Ensino, levando à necessidade de flexibilização da gestão escolar e construção de novos mecanismos de atuação.

1.4.6 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO

O Brasil vem experimentando, nos últimos anos, um crescimento consistente de sua economia, o que demanda da sociedade uma população com níveis crescentes de escolaridade, educação básica de qualidade e profissionalização. A sociedade começa a reconhecer o valor da educação profissional, sendo patente a sua vinculação ao desenvolvimento econômico.

Um dos propulsores do avanço econômico é a indústria que, para continuar crescendo, necessita de pessoal altamente qualificado: engenheiros, tecnólogos e, principalmente, técnicos de nível médio. O setor primário tem se modernizado, demandando profissionais para manter a produtividade. Essa tendência se observa também no setor de serviços, com o aprimoramento da informática e das tecnologias de comunicação, bem como a expansão do segmento ligado ao turismo.

Se de um lado temos uma crescente demanda por professores e profissionais qualificados, por outro temos uma população que foi historicamente esquecida no que diz respeito ao direito a educação de qualidade e que não teve oportunidade de formação para o trabalho.

Considerando-se, portanto, essa grande necessidade pela formação profissional de qualidade por parte dos alunos oriundos do ensino médio, especialmente nas classes populares, aliada à proporcional baixa oferta de cursos superiores públicos no Estado de São Paulo, o IFSP desempenha um relevante

papel na formação de técnicos, tecnólogos, engenheiros, professores, especialistas, mestres e doutores, além da correção de escolaridade regular por meio do PROEJA e PROEJA FIC.

A oferta de cursos está sempre em sintonia com os arranjos produtivos, culturais e educacionais, de âmbito local e regional. O dimensionamento dos cursos privilegia, assim, a oferta daqueles técnicos e de graduações nas áreas de licenciaturas, engenharias e tecnologias.

Além da oferta de cursos técnicos e superiores, o IFSP atua na formação inicial e continuada de trabalhadores, bem como na pós-graduação e pesquisa tecnológica. Avança no enriquecimento da cultura, do empreendedorismo e cooperativismo, e no desenvolvimento socioeconômico da região de influência de cada *campus*, da pesquisa aplicada destinada à elevação do potencial das atividades produtivas locais e da democratização do conhecimento à comunidade em todas as suas representações.

A Educação Científica e Tecnológica ministrada pelo IFSP é entendida como um conjunto de ações que buscam articular os princípios e aplicações científicas dos conhecimentos tecnológicos à ciência, à técnica, à cultura e às atividades produtivas. Este tipo de formação é imprescindível para o desenvolvimento social da nação, sem perder de vista os interesses das comunidades locais e suas inserções no mundo cada vez mais definido pelos conhecimentos tecnológicos, integrando o saber e o fazer por meio de uma reflexão crítica das atividades da sociedade atual, em que novos valores reestruturam o ser humano.

Assim, a educação exercida no IFSP não está restrita a uma formação meramente profissional, mas contribui para a iniciação na ciência, nas tecnologias, nas artes e na promoção de instrumentos que levem à reflexão sobre o mundo.

Atualmente, o IFSP conta com 32 câmpus e 4 câmpus avançados.

1.4.7 HISTÓRICO DO CÂMPUS

O Câmpus São José dos Campos/Petrobras foi criado a partir de uma parceria entre o Instituto Federal de São Paulo e a Petrobras. O termo de parceria (comodato) foi assinado em 19 de agosto de 2011, contando com a participação do então Ministro da Educação, Fernando Haddad. A unidade em questão do IFSP foi

implantada em prédio edificado na área da Refinaria Henrique Lage – REVAP, Unidade da Petrobras, localizada no Vale do Paraíba. O início das atividades educacionais do Câmpus ocorreu no 2º semestre de 2012 e sua estrutura organizacional foi aprovada pela Resolução nº 670 de 23/05/2012 (provisória) e pela Resolução nº 962 de 03/09/2013 do Conselho Superior do IFSP.

O Curso Técnico em Administração EAD começou a ser oferecido no 1º semestre de 2014, e uma turma concluiu o curso. O Curso Técnico em Informática para Internet EAD começou a ser oferecido no 2º semestre de 2013, e duas turmas concluíram o curso. O Curso Técnico em Secretaria Escolar EAD começou a ser oferecido no 1º semestre de 2014, e uma turma concluiu o curso.

Os Cursos Técnicos Concomitantes/Subsequentes em Automação Industrial em Mecânica começaram a ser oferecidos no 2º semestre de 2012. No 1º semestre de 2015, teve início o Curso Técnico Concomitante/Subsequente em Eletrotécnica.

Os Cursos de Licenciatura em Matemática e Licenciatura em Química começaram a ser oferecidos no 1º semestre de 2016.

A escola possui atualmente cerca de 683 alunos matriculados para o ano letivo de 2016 e desenvolve várias atividades de iniciação científica, pesquisa e extensão. De acordo com PDI do IFSP, no que se refere às Políticas de Pesquisa, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são verdadeiros fomentadores do diálogo dentro de seu território. Portanto, cabe ao mesmo provocar a atitude de curiosidade frente ao mundo e interagir com este mundo em uma atitude própria de pesquisa. Assim, os atos de pesquisar, nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, devem vir ancorados a dois princípios: o princípio científico, que se consolida na construção da ciência; e o princípio educativo, que diz respeito à atitude de questionamento diante da realidade (PDI, 2014-2018). Atualmente no IFSP – Câmpus São José dos Campos há diversos projetos de Iniciação Científica Institucional em andamento. As linhas de pesquisa dos projetos concentram as áreas de robótica, software básico, automação eletrônica de processos elétricos e industriais, engenharia elétrica, engenharia biomédica, matemática e química. O câmpus conta também com um projeto de pesquisa aprovado pelo Edital 17 CNPq/SETEC-MEC, nas áreas de processos fermentativos, tecnologia enzimática e microbiologia básica. Esses projetos em parceria com outras Instituições de ensino participam pesquisadores, professores, alunos e técnicos

administrativos. Quanto a projetos de extensão, o câmpus possui alguns em andamento e julga muito importante fomentar o diálogo com a comunidade e as ações que possam promover transformações no local em que a instituição de ensino está inserida. Os projetos compreendem temáticas como inclusão social, linguagem de sinais, artes, inglês instrumental, outras línguas, fotografia e cursos preparatórios para o Exame Nacional do Ensino Médio.

2 JUSTIFICATIVA E DEMANDA DE MERCADO

O Câmpus de São José dos Campos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, está situado na cidade-sede da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, composta por trinta e nove municípios, com uma população de 2.404.276 habitantes (Fonte: Fundação Seade, 2016) e com um PIB de R\$ 85.790.730,44. São José dos Campos é a maior e mais desenvolvida cidade da região do Vale do Paraíba, distando cerca de 94 km da capital paulista. Com população de 680.008 habitantes (Seade, 2016), o Município é um dos centros industriais e de serviços mais importantes do Estado e do País. Com uma PIB per capita de R\$ 41.844,67 (Seade, 2013) e com a participação no total do valor adicionado de 31,87% para a indústria e 68,03% dos serviços, São José dos Campos detém o 22º maior Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil e 8º do Estado de São Paulo (Seade, 2009).

O município de São José dos Campos apresenta indicadores socioeconômicos bastante favoráveis ao desenvolvimento das atividades do IFSP. Estudo realizado pela Pró-Reitoria de Extensão do Instituto sobre as condições socioeconômicas e educacionais nos 36 municípios-sede dos câmpus do IFSP, aponta São José dos Campos como o único que apresenta desempenho superior à média do Estado de São Paulo, em todos os sete indicadores considerados, sendo estes: 1) Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); 2) Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); 3) percentagem de trabalhadores com ensino fundamental completo e ensino médio incompleto; 4) percentagem de trabalhadores empregados na indústria; 5) percentagem de trabalhadores empregados na construção civil; 6) salário médio na indústria; e 7) salário médio na construção civil.

Em relação ao desenvolvimento humano, tanto o Município quanto a região apresentam IDHs elevados, conforme classificação do Programa das Nações Unidas

para o Desenvolvimento (PNUD), isto é, acima de 0,8. Enquanto o IDH da região, composta pelos municípios de Caçapava, Pindamonhangaba, São José dos Campos, Taubaté e Tremembé – área de abrangência do Câmpus São José dos Campos - é de 0,781, o de São José dos Campos chega a 0,807, superando inclusive o do Estado de São Paulo, que atinge 0,783.

Entre todos os setores de atividade econômica, a indústria desponta como setor mais dinâmico da economia regional, respondendo por uma boa porcentagem do PIB municipal e regional, superior, inclusive a participação do setor fabril na economia do Estado, que responde por um pouco mais de um quarto do PIB paulista. Também é na indústria de transformação que mais de um quinto dos trabalhadores do município encontram-se ocupados. Além disso, dentre os 36 municípios analisados no estudo já referido, os trabalhadores fabris de São José dos Campos auferem os mais altos salários - R\$ 4.811,69, em média, em 2011, o que equivale quase ao dobro do salário médio pago pela indústria de transformação no Estado de São Paulo.

No plano educacional, São José dos Campos apresenta um Índice de IDEB superior ao do Estado, assim como o grau de escolaridade dos seus trabalhadores também é mais elevado que os do conjunto do Estado. O desempenho no IDEB é um indicador de extrema relevância para o planejamento das ações do IFSP, pois revela com bastante precisão o nível de conhecimento e de desempenho da clientela em potencial. Isso quer dizer que quanto mais elevado for o IDEB de um município, maiores serão as chances de se captar estudantes com boa formação escolar pregressa, e esse é precisamente o caso de São José dos Campos.

Embora a cidade de São José dos Campos apresente todos estes bons indicadores, e muito provavelmente devido a histórica tradição do município como centro dedicado a tecnologia e a indústria, a área de formação de professores, não têm acompanhado a evolução da região com o mesmo destaque. Uma breve análise do atual Plano Municipal de Educação 2015/2025 de São José dos Campos (Lei no. 9298, 14/10/15) confirma esta afirmação. Várias metas do Plano foram direcionadas para cursos na área de educação. Exemplos disto são as estratégias “16.1- estabelecer convênios com universidades públicas, comunitárias e filantrópicas para

formação em nível de pós graduação aos professores” e “16.4 - organizar iniciativas que favoreçam a oferta de cursos de especialização em áreas afins a educação”.

A lei municipal também coloca o IFSP como fundamental parceiro para colaborar no avanço da pós-graduação em educação na região. A estratégia 13.2 propõe “contribuir, no que for atribuição do Município, e em regime de colaboração com a União e o Estado, para a oferta de cursos de graduação e pós-graduação na área de educação nos câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, universidades federais e estaduais”.

A oferta, portanto, do curso aqui proposto, encontra respaldo plenamente documentado e justificado na Lei municipal que estabelece as metas para a cidade de São José dos Campos.

A cidade de São José dos Campos, com sistema próprio de ensino, articulando-se com outras instâncias administrativas vinculadas aos Sistemas de Ensino Nacional e Estadual, oferece à população todos os níveis e modalidades da educação especificados na legislação vigente, principalmente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN n o 9394/96, que são: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Superior, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Educação Profissional Tecnológica de Graduação e de Pós Graduação e a Educação Profissional desenvolvida por meio de cursos e programas de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores.

No entanto, uma busca nos cursos de pós-graduação, corrobora com a escassez de opções na área de educação, citada anteriormente. Todas as instituições a seguir: Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Tecnologia (Fatec), Etep Faculdades, Fundação Getúlio Vargas (FGV), e Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), possuem cursos de pós-graduação no município. Porém, nenhuma destas instituições, oferta cursos na área de educação. O único curso encontrado na área de educação foi a especialização em Educação Inclusiva oferecida pela Universidade do Vale do Paraíba (Univap). Este cenário reforça ainda mais a importância da abertura deste curso.

Assim, para atender à necessidade do mercado regional e nacional em suprir a escassez de pessoal qualificado, considerando que o setor acadêmico é responsável pela geração e disseminação dos conhecimentos na área, e pela formação das gerações futuras do país, o Câmpus São José dos Campos em consonância com as ações do governo federal através do Art. 7 da lei de criação dos Institutos Federais (11.892 de 29 de dezembro de 2008), busca superar a enorme carência de oferta de cursos de formação continuada de professores na região e propõe o curso de Pós-graduação *lato sensu* em Docência na Educação Básica.

No panorama atual da educação brasileira, não basta formar mais professores, mas formá-los conscientes da responsabilidade social e da dimensão política de seu trabalho. Entendemos que esta questão está contemplada de forma indireta neste projeto. Os graves problemas da Educação Básica brasileira, tanto na esfera pública quanto privada, justificam a necessidade de um curso de formação continuada de qualidade, integralmente voltado para a formação de professores que tenham capacidade de enfrentá-los, analisá-los, propor e implementar inovações que busquem a melhoria da qualidade da Educação para todos.

Atualmente o Câmpus conta com dois cursos de Licenciatura, Licenciatura em Matemática e Licenciatura em Química. Além disto, o planejamento do campus aponta para a abertura de dois cursos técnicos integrados ao ensino médio a partir de 2017. Os docentes lotados nas duas licenciaturas e os docentes do núcleo comum poderiam atuar neste curso, de forma a promover a verticalização prevista na Lei de criação do IFSP, viabilizando uma opção de continuidade dos estudos para os egressos do próprio IFSP, assim como a para a comunidade externa.

Neste sentido, ao implantar tal curso, a Instituição assume o compromisso com a sociedade de formar profissionais éticos, críticos, reflexivos, questionadores, investigativos, com concepção científica, atitude consciente, com ampla capacitação profissional na área específica e que estejam envolvidos com as temáticas da educação e do meio social em que estão inseridos, estando de acordo com o Capítulo IV, Art. 43, inc. I da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em que a Instituição deve "estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo".

No mais, de um ponto de vista pedagógico, procurou-se construir um plano de curso que vise à formação continuada do professor de forma abrangente, buscando, cada vez mais, a integração entre os conhecimentos didático-pedagógicos e os conhecimentos científicos específicos de sua área de formação inicial em um conjunto coeso e interdisciplinar, respeitando não só as mudanças de paradigmas, como também o novo contexto socioeconômico e as novas tecnologias que exigem do professor um novo fazer pedagógico.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVOS GERAIS

O objetivo principal do curso é a aquisição de conhecimentos adicionais à formação de professores, com rigor acadêmico e relevância para a prática profissional. O curso tem como foco principal o ensino, a aprendizagem, o currículo, as tecnologias educacionais e o sistema educativo. Deverá contribuir efetivamente para a evolução do sistema de ensino, seja pela ação direta em sala de aula, ou por ações nos diferentes espaços educativos.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Desenvolver competências relacionadas à prática educacional com o intuito de contribuir para a melhoria do ensino e para o desenvolvimento de um campo de pesquisa em educação científica, alicerçado em projetos que envolvam a interdisciplinaridade, a transdisciplinaridade e o uso de tecnologia no processo de ensino-aprendizagem.
2. Discutir o significado ético-social e pedagógico do papel do professor na educação básica, seus valores, atitudes e conhecimentos históricos políticos e sociais, psicológicos, didáticos e metodológicos importantes para sua atuação.
3. Desenvolver condições metodológicas e cognitivas para a construção de conhecimentos sistemáticos sobre as várias modalidades da ação docente, sua natureza e significado, o papel e a atuação na educação básica.
4. Refletir sobre as diversas concepções de escola, importantes para a formação do professor e de processos como o de implementação e implantação de propostas

curriculares, oferecendo um espaço para a articulação e a investigação sobre a Educação Básica do país.

5. Propiciar ao professor um ambiente para a reflexão sobre suas práticas educativas, tendo como base as pesquisas na área da educação básica.

4 PERFIL DO EGRESSO

Pelos objetivos estabelecidos, o curso de Pós-graduação *lato sensu* em Docência na Educação Básica busca contribuir na formação permanente dos profissionais da educação, a fim de qualificar o exercício desses profissionais nas áreas de atuação no ensino fundamental e médio. O perfil está voltado para um profissional ético, criativo, crítico, reflexivo, autônomo, ciente e promotor do desenvolvimento de saberes, competências e habilidades relacionadas ao ensino e, comprometido com o desenvolvimento do contexto social em que está inserido e capaz de utilizar tecnologias voltadas para o ensino-aprendizagem.

O egresso deverá ser capaz de:

- Mobilizar, integrar, compartilhar conhecimentos, recursos e habilidades, que agreguem valor à escola, à sociedade e ao próprio indivíduo;
- Comunicar-se adequadamente em sala de aula, utilizando recursos/estratégias adequados;
- Facilitar e desenvolver ideias através da discussão e do trabalho colaborativo;
- Utilizar novos tópicos de discussão ou abordagens alternativas;
- Conhecer e usar as novas tecnologias a serviço da aprendizagem;
- Formar professores que sejam profissionais dinâmicos, aptos para a geração de conhecimento e para as relações interpessoais.

5 PÚBLICO-ALVO

O curso destina-se aos professores da Educação Básica da cidade de São José dos Campos e região. Tratando-se de um curso de formação continuada, no processo de seleção o candidato deverá apresentar o certificado de conclusão de curso de nível superior, além de comprovar que está atuando na educação básica no período da matrícula no Curso de pós-graduação *lato sensu* em Docência na Educação Básica.

6 CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

O curso está voltado para a preparação profissional na área docente, ou seja, para o ensino, a aprendizagem, o currículo, a prática docente, as tecnologias educacionais e o sistema educativo. Também contribuirá efetivamente para a evolução do sistema de ensino, seja pela ação direta em sala de aula, ou por ações em diferentes espaços educativos em que a atuação do professor está presente.

O curso está delimitado pelos seguintes eixos: Contextual, Estrutural e Integrador, que refletem a necessidade de inovar a forma de fazer a educação para a realidade brasileira e a utilização de metodologias diferenciadas para os alunos do século XXI.

O IFSP deve assumir o compromisso de articulação de sua filosofia acadêmica com as exigências de uma nova escola para a sociedade onde ele se insere como centro irradiador dos avanços educacionais e tecnológicos de pesquisa científica. Para o propósito de delimitar e direcionar o ensino e a pesquisa, os três eixos contemplarão os conceitos de Educação e Cultura, Ciência e Tecnologia na Formação Profissional, como características de natureza educativa.

7 LINHAS DE PESQUISA

1. Abordagens históricas, filosóficas e sociológicas no ensino e aprendizagem da educação básica;
2. Tendências na formação de professores;
3. Currículos e políticas para a educação;
4. Tecnologias da informação e comunicação na educação;
5. Diversidade e Inclusão na educação básica.

8 CARGA HORÁRIA

Para os cursos *Lato Sensu* em nível de especialização, a carga horária mínima, descontando o trabalho de conclusão de curso e atividades sem supervisão de um professor, é de 360h, conforme a resolução CNE/CES nº 01/2007. Conforme as normas acadêmicas, para o trabalho de conclusão de curso são destinadas entre 60h e 120h.

Cada disciplina terá a carga horária de 30 ou 60 horas, perfazendo um total de 360 horas nas disciplinas e de 420 horas no total do curso, já acrescido de 60 horas dedicadas à elaboração do Trabalho de conclusão de curso.

9 PERÍODO E PERIODICIDADE

O curso será ofertado anualmente, quando houver demanda e interesse do Câmpus São José dos Campos em oferecê-lo. Deverá ser cumprido em quatro semestres, sendo os três primeiros semestres com disciplinas presenciais e o quarto semestre dedicado exclusivamente a elaboração e apresentação do trabalho de conclusão de curso.

As aulas serão ministradas durante dois dias na semana, de acordo com a disponibilidade dos docentes, e de forma a atender a demanda local. Além disto, o aluno deverá desenvolver atividades relacionadas a sua pesquisa em outros dias da semana, sob a supervisão do Professor orientador.

Caso o aluno não consiga concluir o curso em quatro semestres, ele poderá, em condições extremamente excepcionais e muito bem justificadas, solicitar a ampliação do prazo em mais um semestre. Para julgar a prorrogação deverá ser formada uma comissão por três pessoas, a saber o orientador do aluno, o coordenador do curso e mais um professor que tenha ministrado aula para o aluno durante a especialização. Se o pedido for recusado, o aluno será desligado do curso.

O tempo máximo regular para integralização do curso, incluindo a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso, será de 24 meses a contar da matrícula inicial. O prazo máximo para integralização com prorrogação será de 30 meses. Não caberá recursos uma vez esgotado o prazo máximo com prorrogação

para a integralização do curso.

10 CRITÉRIO DE SELEÇÃO

O número de vagas disponíveis será fixado pelo Edital de Seleção, não havendo, porém, obrigatoriedade de preenchimento de todas as vagas oferecidas. O processo anual de seleção será conduzido por banca constituída por pelo menos três membros do Corpo Docente do curso. Os documentos obrigatórios necessários para inscrição para o processo seletivo serão estabelecidos pelo Edital de Seleção, porém estes incluirão, pelo menos, os seguintes:

Formulário de inscrição devidamente preenchido;

Documentos de identidade com validade nacional;

Comprovante de conclusão do curso de graduação em licenciatura (diploma ou certidão de conclusão, caso a expedição do diploma se encontre em andamento);

Histórico escolar oficial do curso de graduação;

Curriculum vitae;

Carta de intenções abordando necessariamente os seguintes aspectos:

- 1) trajetória profissional e acadêmica;
- 2) motivações que levaram à escolha em se candidatar ao curso;
- 3) perspectivas profissionais e acadêmicas pretendidas após a conclusão do curso;
- 4) interesse específico do candidato, que servirá como base para o futuro trabalho de conclusão.

E/ou Análise de pré-projeto de pesquisa contendo no mínimo (tema, objeto, problema, hipótese, objetivo, justificativa, estrutura – partes do trabalho, bibliografia)

11 COORDENAÇÃO DO CURSO

Nome: Andrei Venturini Martins

e-mail: andrei.martins@ifsp.edu.br

Regime de Trabalho: RDE

Titulação: Doutor

Formação Acadêmica e experiência profissional: Graduado em Filosofia (2003), possui mestrado em Ciência da Religião (2006) e doutorado em Filosofia

(2011), ambos pela PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO. Realizou na UNIVERSITÉ DE CAEN BASSE-NORMANDIE (França), no período de um ano (maio/2010 - maio/2011), uma pesquisa financiada pela CAPES a fim de elaborar sua tese de doutoramento em Blaise Pascal. É autor das seguintes obras: *A verdade é Insuportável: ensaios sobre a hipocrisia*" (Ed. Garimpo, 2015); comentário e tradução da obra *Discurso da Reforma do Homem Interior* de Cornelius Jansenius; *Do reino nefasto do Amor-Próprio* (Ed. Filocalia - prelo); *O que é o Homem?* (Ed. Filocalia - prelo). Atualmente é professor no INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO (IFSP - Câmpus São José dos Campos) e membro da Associação Brasileira de Filosofia da Religião - ABFR.

12 COLEGIADO DE CURSO

A composição do colegiado de curso será definida conforme a instrução normativa IN02/PRE de 26 de março de 2010.

13 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O currículo deverá assegurar a construção das competências gerais devidamente contextualizadas para o curso, bem como as competências específicas identificadas pela Instituição.

O curso de pós-graduação *lato sensu* em Docência na Educação Básica básica foi estruturado para fornecer aos alunos elementos que colaboram a prática docente e suas tecnologias.

A estrutura curricular foi desenvolvida de forma que o encadeamento dos conhecimentos e habilidades esperados dos alunos seja trabalhado de forma progressiva. Desta forma, é possível avançar desde o estágio inicial do desenvolvimento de um sistema para níveis de abstração e realização de práticas aplicadas à educação.

- Primeiro semestre: O curso inicia-se com duas disciplinas que visam apresentar e revisar os fundamentos da educação, promovendo a reflexão sobre a realidade da educação básica e o contexto da diversidade.

- Segundo semestre: Apresenta disciplinas que fornecerão ferramental teórico e prático para as atividades de desenvolvimento científico e tecnológico da prática docente. A disciplina Metodologia do trabalho científico capacita o aluno a definir e desenvolver seu Trabalho de conclusão de curso, que será orientado e supervisionado por um professor do curso.

- Terceiro semestre: O terceiro semestre tem como tema o desenvolvimento de projetos e a aplicação de tecnologias da informação e comunicação na educação que colaboram para a inovação do processo de construção do conhecimento em sala de aula.

Conforme determinado pela Resolução CNE/CP Nº 01/2004, que institui as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*, as instituições de Ensino Superior incluirão, nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes e indígenas, objetivando promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção da nação democrática.

Visando atender a essas diretrizes, além das atividades que podem ser desenvolvidas no Câmpus envolvendo esta temática, o tema será abordado na disciplina “Relações Étnico-Raciais e Educação”.


13.1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Para o curso de Pós-graduação *lato sensu* em Docência na Educação Básica, serão disponibilizadas 40 (quarenta) vagas anuais, quando houver demanda e interesse do Câmpus São José dos Campos em oferecê-lo. O curso é organizado em 4 semestres, cada semestre constituído por 18 semanas. O quarto semestre é dedicado exclusivamente ao desenvolvimento do Trabalho de conclusão de curso. A hora-aula é de 50 minutos. A carga horária mínima obrigatória para a conclusão do curso é de 420 horas. A previsão de início do curso é o segundo semestre de 2017. Na Tabela 1, são apresentadas as características gerais do curso.

Tabela 1. Características gerais do curso

Pós-graduação <i>lato sensu</i> em Docência na Educação Básica	
Câmpus	São José dos Campos
Vagas anuais	40 vagas
Número de semestres	4 semestres
Duração do semestre	18 semanas
Duração da hora-aula	50 minutos
Carga horária mínima obrigatória	420 horas

13.2 ESTRUTURA CURRICULAR

 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (Criação: Lei nº 11.892 de 29/12/2008) Câmpus São José dos Campos Portaria de Criação Nº 330 de 23 de abril de 2013 ESTRUTURA CURRICULAR: Pós-graduação Lato Sensu em Docência na Educação Básica Base Legal: Resolução CNE/CES Nº 01/2001, de 03/04/2001							Carga Horária do Curso: 420 horas
	Componente Curricular	Códigos	Teoria/ Prática	No. Profs.	Aulas/ Semanas	Total aulas	Total Horas
1o. Sem.	Tópicos de fundamentos da educação	HFSF1	T	2	4	72	60.0
	Relações étnico-raciais e educação	RERF1	T	2	4	72	60.0
2o. Sem.	Didática: processos de aprendizagem e avaliação na educação básica	DAAF2	T	2	4	72	60.0
	Metodologia do trabalho científico	MTCF2	T	2	2	36	30.0
	Tópicos de educação especial e educação inclusiva	TEIF2	T	2	2	36	30.0
3o. Sem.	Tecnologias da informação e comunicação na educação básica	TICF3	T	2	4	72	60.0
	Desenvolvimento de projetos para a educação básica	PEBF3	T	2	4	72	60.0
TOTAL ACUMULADO DE AULAS						24	432
TOTAL ACUMULADO DE HORAS							360.0
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (Obrigatório)							60.0
TOTAL GERAL							420.0
OBS: 1. Aulas com duração de 50 minutos. 2. 18 semanas de aula por semestre.							

13.3 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO

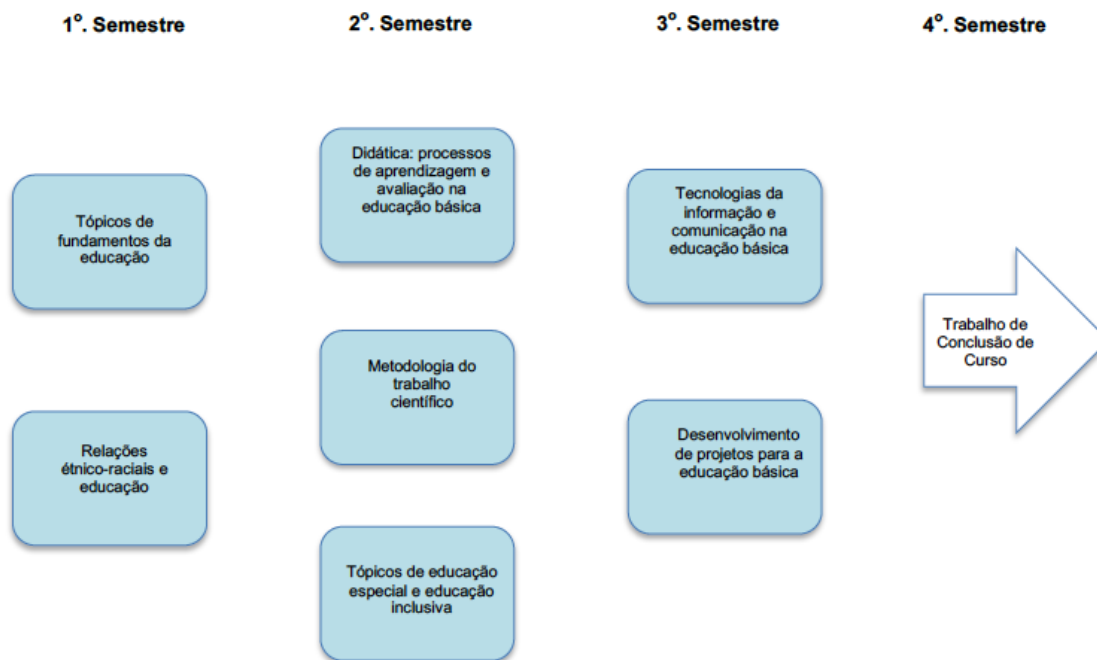


Figura 1. Representação gráfica do perfil de formação.

13.4 PLANOS DE ENSINO

 <p>INSTITUTO FEDERAL SÃO PAULO Campus São José dos Campos / Petrobras</p>	<p><i>CAMPUS</i></p> <p>São José dos Campos</p>
---	---

PLANO DE ENSINO

1- IDENTIFICAÇÃO				
Curso: PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA				
Componente curricular: Fundamentos da Educação			Tópicos de	
			Código: HFSF1	
Ano/ Semestre: 1º/1º			Nº aulas semanais: 4	
Total de aulas: 72			Total de horas: 60h	
Conteúdos curriculares:	Prática de ensino:	de	Estudos:	Laboratório:
				Orientação de estágio:
2- EMENTA:				
<p>Esta componente curricular aborda os aspectos históricos e filosóficos da Educação enquanto reflexão radical, rigorosa e de conjunto sobre a problemática da Educação e que visa a compreensão da natureza da atividade ligada à educação. A explicitação dos pressupostos dos atos de educar, ensinar e aprender sob os vários contextos histórico-sociais, assim como o desenvolvimento de temas relacionados ao conhecimento, à linguagem, à cultura e à ética na formação pedagógica.</p>				
3-OBJETIVOS:				
<p>Identificar o sentido e o significado da educação, sob o ponto de vista histórico, filosófico através da reflexão sobre a relação existente entre educação e a sociedade.</p>				
4-CONTEUDO PROGRAMATICO:				
<p>O problema do conhecimento; A paideia grega; Os princípios formativos do homem medieval; René Descartes: formação do espírito moderno; J-J. Rousseau: a educação iluminista; Tempos de Crise: rupturas e massificação; Educação na Civilização do espetáculo; Crise de identidade na formação do homem contemporâneo.</p>				
5-METODOLOGIAS:				
<p>Aula expositiva dialogada; Seleção de objeto/imagem para produção de aulas contextualizadas; Dinâmicas de grupo; leituras e estudos de textos; Pesquisas e elaborações orientadas; Uso de vídeos.</p>				
6-CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:				
<p>De acordo com as diretrizes das organizações didáticas ou normas acadêmicas vigentes.</p>				
7-BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
<p>ARANHA, M. L. de A. Filosofia da Educação. São Paulo: Editora Moderna, 1989. MANACORDA, M. A. História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias. 13 ed. São Paulo: 42 Cortez, 2010.</p>				

MEKSENAS, P. Sociologia da Educação: Introdução ao Estudo da Escola no Processo de Transformação Social. São Paulo: Loyola Edições, 2012.


8-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CANDAU, V. M. (org.). Sociedade, educação e cultura(s). Petrópolis: Vozes, 2002. GILES, T. R. Filosofia da Educação. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária de São Paulo, 1983.

GHIRALDELLI, Paulo. História da Educação Brasileira. 4 Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SAVIANI, D. Escola e democracia. Campinas: Autores Associados, 2002.

_____, D. Do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Autores Associados, 2009.

 <p>INSTITUTO FEDERAL SÃO PAULO Campus São José dos Campos / Petrobras</p>	<p>CAMPUS</p> <p>São José dos Campos</p>
--	---

PLANO DE ENSINO

1- IDENTIFICAÇÃO				
Curso: PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA				
Componente curricular: Relações Étnico-Raciais e Educação			Código: RERF1	
Ano/ Semestre: 1º/1º			Nº aulas semanais: 4	
Total de aulas: 72			Total de horas: 60h	
Conteúdos curriculares:	Prática de ensino:	Estudos:	Laboratório:	Orientação de estágio:
2- EMENTA:				
<p>Estudo e análise de terminologias, conceituações, documentos oficiais e materiais didáticos que possibilitem ao aluno perceber a importância de se considerar as relações étnico-raciais no contexto educacional e, com isso, adequar a sua prática pedagógica ao disposto na LDB.</p>				
3-OBJETIVOS:				
<p>Proporcionar aos alunos condições que lhes permitam:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Atualizar seus conhecimentos, por meio de uma abordagem interdisciplinar, tomando o tema das relações étnico-raciais como foco. - Identificar a importância das leis 10.639/2003 e 11.645/2008 no âmbito social e escolar. - Ter conhecimento dos principais termos e conceitos envolvendo os estudos étnico-raciais, bem como dos principais documentos oficiais sobre o tema. - Perceber como historicamente se deu e como atualmente se dá a inserção de negras, negros e indígenas no espaço escolar. - Identificar as intersecções entre as questões étnico-raciais e de gênero. - Promover ações que deem visibilidade aos discursos de negras, negros e indígenas no espaço escolar e que, conseqüentemente, diminuam os silenciamentos históricos por esses indivíduos. - Identificar as lacunas presentes nos livros didáticos e problematizar os estereótipos e silenciamentos neles presentes. - Propor estratégias interdisciplinares de ensino visando à percepção da história e da cultura afro-brasileira e indígena de forma não estereotipada. - Planejar, de acordo com o componente disciplinar que lecionam, aulas diversificadas que promovam o respeito à diversidade. 				
4-CONTEUDO PROGRAMÁTICO:				
<p>As leis 10.639/2003 e 11.645/2008 e os desafios docentes; Termos e conceitos presentes nos estudos étnico-raciais; As "Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana"; O "Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana"; A história do negro na</p>				

educação e a educação escolar indígena; Relações étnico-raciais e estudos de gênero; A interlocução entre a história, a geografia, a literatura e as outras artes na compreensão da diversidade; Os ecos da escravidão no contemporâneo. Os desafios das relações étnico-raciais na escola básica. Problematizações em torno das lacunas do livro didático.
5-METODOLOGIAS:
Aulas expositivo-dialogadas. Encaminhamento para leitura de textos teóricos. Debates. Pesquisas bibliográficas e na Internet. Seminários. Visitas técnicas. Projeções de vídeos. Estudo de casos e elaboração de intervenções pedagógicas. Compartilhamento de experiências: Apresentação de projetos elaborados e desenvolvidos pelos alunos-cursistas.
6-CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:
De acordo com as diretrizes das organizações didáticas ou normas acadêmicas vigentes.
7-BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
HERNANDEZ, Leila Leite. A África na sala de aula: visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005. MATTOS, Regiane Augusto de. História e cultura afro-brasileira. São Paulo: Contexto, 2012. PEREIRA, Amilcar Araújo; MONTEIRO, Ana Maria (org.). Ensino de História e culturas afro-brasileiras e indígenas. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.
8-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araujo. Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Pallas/CPDOC-FGV, 2007. AMÂNCIO, Íris Maria da Costa; GOMES, Nilma Lino; JORGE, Miriam Lúcia dos Santos. Literaturas africanas e afro-brasileira na prática pedagógica. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2008. DUARTE, Eduardo de Assis. Literatura afrobrasileira: abordagens na sala de aula. Rio de Janeiro: Pallas, 2014. BARROS, José D'Assunção. A construção social da cor. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2009. BRASIL. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília, 2004. Incluindo Parecer 03/2004 – CNE, Resolução 01/2004 – CNE e Lei 10.639/2003.

 <p>INSTITUTO FEDERAL SÃO PAULO Campus São José dos Campos / Petrobras</p>	<p>CAMPUS</p> <p>São José dos Campos</p>
--	---

PLANO DE ENSINO

1- IDENTIFICAÇÃO				
Curso: PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA				
Componente curricular: Didática: processos de aprendizagem e avaliação na educação básica			Código: DAAF2	
Ano/ Semestre: 1º/2º			Nº aulas semanais: 4	
Total de aulas: 72			Total de horas: 60H	
Conteúdos curriculares:	Prática de ensino:	Estudos:	Laboratório:	Orientação de estágio:
2- EMENTA:				
<p>Aborda as práticas da situação de aula e das determinações sociais na organização e desenvolvimento do trabalho pedagógico. Analisa, assim, o aspecto didático da aula, e assim, discute a relação professor-aluno-conhecimento para gerar subsídios de atuação para o professor. Reflete sobre a escolha de procedimentos didático-pedagógicos de organização e gestão do espaço e tempo de aprendizagem. Revisita conceitos básicos de didática, presentes na formação inicial, com a contraposição das experiências já vivenciadas pelos professores em seu dia-a-dia. Busca uma resignificação e/ou aprofundamento de conceitos por meio das experiências vivenciadas na Educação Básica.</p>				
3-OBJETIVOS:				
<p>Contribuir para a formação continuada do professor, através da: análise da natureza das produções sobre ensino e sua relação com a orientação da prática pedagógica; apresentação de diferentes perspectivas de análise da relação entre ensino e aprendizagem e da relação professor aluno; discussão de questões da prática pedagógica no cotidiano escolar.</p>				
4-CONTEUDO PROGRAMÁTICO:				
<p>Organização do trabalho pedagógico/didático na escola; Natureza do trabalho docente e suas relações com o sistema de ensino e a sociedade; O trabalho docente no contexto escolar; Situações de ensino: a aula; A relação pedagógica e a dinâmica professor-aluno-conhecimento; Organização das atividades do professor e do aluno; Recursos e técnicas de ensino. Questões críticas da didática: disciplina e avaliação. Contraposições entre teoria e prática: estudos de casos a partir das experiências dos alunos cursistas, vivenciadas na Educação Básica.</p>				
5-METODOLOGIAS:				
<p>Aula expositiva dialogada; Seleção de objeto/imagem para produção de aulas contextualizadas; Dinâmicas de grupo; leituras e estudos de textos;</p>				

<p>Pesquisas e elaborações orientadas; Uso de vídeos.</p>
<p>6-CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:</p>
<p>De acordo com as diretrizes das organizações didáticas ou normas acadêmicas vigentes.</p>
<p>7-BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p>
<p>CANDAU, V. M. (org). A didática em questão. Petrópolis: Vozes, 1989, Rumo a uma nova didática. Petrópolis: Vozes, 1992. CAVALCANTE, M. J. CEFAM: Uma alternativa pedagógica para a formação do professor. São Paulo: Cortez, 1994. CUNHA, M. I.. O bom professor e sua prática. Campinas, São Paulo: Papyrus,1994.</p>
<p>8-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p>
<p>ASTOLFI, J. P.; DEVELAY, M. A Didática das Ciências. Campinas: Papyrus, 1990. FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 17ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. LIBÂNEO, José Carlos. A integração entre didática e a epistemologia das disciplinas: uma via para a renovação dos conteúdos da didática. In: DALBEN, Ângela et al. Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. VEIGA. I. P. A. (Org.) Técnicas de ensino: novos tempos, novas configurações. Campinas, SP : Papyrus, 2006. _____. I. P. A. (Org) Técnicas de ensino: por que não? Campinas, SP : Papyrus, 1991.</p>

 <p>INSTITUTO FEDERAL SÃO PAULO Campus São José dos Campos / Petrobras</p>	<p>CAMPUS</p> <p>São José dos Campos</p>
---	---

PLANO DE ENSINO

1- IDENTIFICAÇÃO				
Curso: PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA				
Componente curricular: Metodologia do Trabalho Científico			Código: MTCF2	
Ano/ Semestre: 1º/2º			Nº aulas semanais: 2	
Total de aulas: 36			Total de horas: 30H	
Conteúdos curriculares:	Prática de ensino:	Estudos:	Laboratório:	Orientação de estágio:
2- EMENTA:				
Estudo e análise das metodologias de pesquisa, nas diferentes áreas de pesquisa do curso, com a compreensão das normas científicas utilizadas na escrita da produção e expressão do conhecimento.				
3-OBJETIVOS:				
Identificar a metodologia de pesquisa Conhecer as áreas de Pesquisa do Curso. Compreender o exercício da escrita como elemento constitutivo da produção e expressão do conhecimento. Utilizar as normas científicas para apresentar trabalhos e textos acadêmicos.				
4-CONTEUDO PROGRAMÁTICO:				
Metodologia e epistemologia. Conceito de ciência. Níveis de conhecimento. Pesquisa científica: projeto de pesquisa; métodos; técnicas; tipos de pesquisa; construção do objeto; elaboração do tema; construção do problema; formulação de hipóteses; marco teórico e modelo de análise. Elaboração, interpretação e produção de trabalhos acadêmicos: leitura, seminário, oratória, resumo, relatório, fichamento, resenha, artigo e pesquisa bibliográfica. Utilização das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).				
5-METODOLOGIAS:				
Aula expositiva Uso de multimídia. Textos. Trabalhos em grupos objetivando socializar os conhecimentos já adquiridos. Estimular a escrita como elemento constitutivo da produção e expressão do conhecimento, Seminário de leituras. (resumos de textos previamente selecionados) Análise de livros quanto aspectos estruturais, Leitura de textos afins, Elaboração de resumos.				
6-CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:				
De acordo com as diretrizes das organizações didáticas ou normas acadêmicas vigentes.				
7-BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				

CARRAHER, D. W. Senso crítico. São Paulo: Thomson Pioneira, 2008.
CERVO, A.L.e BERVIAN, P.A. Metodologia científica. São Paulo: Prentice Hall, 2006.
SEVERINO, A. J. Metodologia de trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2007.

8-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo: Atlas, 2010.
LAKATOS e MARCONI. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2010.
MÁTAR NETO, João Augusto. Metodologia científica na era da informática. São Paulo: Saraiva 2007.
OLIVEIRA Netto, Alvim Antônio de. Metodologia da pesquisa científica: guia prático para apresentação de trabalhos acadêmicos. 2ª ed Florianópolis: visual books, 2008.
RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: métodos e técnicas 3ª Ed São Paulo: Atlas, 2008.

 <p>INSTITUTO FEDERAL SÃO PAULO Campus São José dos Campos / Petrobras</p>	<p>CAMPUS</p> <p>São José dos Campos</p>
--	---

PLANO DE ENSINO

1- IDENTIFICAÇÃO				
Curso: PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA				
Componente curricular: Tópicos de Educação Especial e Educação Inclusiva			Código: TEIF2	
Ano/ Semestre: 1º/2º			Nº aulas semanais: 2	
Total de aulas: 36			Total de horas: 30h	
Conteúdos curriculares:	Prática de ensino:	Estudos:	Laboratório:	Orientação de estágio:
2- EMENTA:				
<p>A disciplina faz a reflexão sobre a educação especial e a educação inclusiva. Conceitua as diferentes necessidades das pessoas com deficiência, discute a acessibilidade à escola e ao currículo, as tecnologias assistivas e propõe a aprendizagem de noções de atividades pedagógicas e comportamentais frente às pessoas com deficiência visual, física, intelectual e múltipla. Contempla, ainda, discussões sobre projetos com alunos com altas habilidades e superdotação.</p>				
3-OBJETIVOS:				
<p>Oferecer subsídios teóricos e metodológicos que embasem a prática pedagógica a partir da perspectiva da educação inclusiva. Analisar e refletir criticamente sobre o processo de escolarização das pessoas com deficiência no âmbito escolar. Identificar estratégias para o trabalho pedagógico inclusivo frente às pessoas com deficiência visual, física, intelectual e múltipla. Identificar estratégias e possibilidades para o trabalho com projetos envolvendo alunos com altas habilidades e superdotação.</p>				
4-CONTEUDO PROGRAMÁTICO:				
<p>Da educação especial à educação inclusiva: contextualização histórica; Legislação e políticas públicas em educação inclusiva; Noções e definições das deficiências; As diferentes necessidades e a intervenção pedagógica: pessoas com deficiência visual, física, intelectual e múltipla no processo de inclusão escolar; Tecnologias assistivas e a acessibilidade à escola e ao currículo. Projetos com alunos com altas habilidades e superdotação: conceitos e estratégias. A escola, o currículo e os alunos com altas habilidades.</p>				
5-METODOLOGIAS:				
<p>Aula expositiva dialogada; Seleção de objeto/imagem para produção de aulas contextualizadas; Dinâmicas de grupo; leituras e estudos de textos; Pesquisas e elaborações orientadas; Uso de vídeos.</p>				
6-CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:				


De acordo com as diretrizes das organizações didáticas ou normas acadêmicas vigentes.

7-BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FIGUEIRA, E. O que é educação inclusiva. São Paulo: Brasiliense, 2011.
SAMPAIO, C. T.; SAMPAIO, S. R. Educação inclusiva: o professor mediando para a vida. Salvador: EDUFBA, 2009.
SILVA, Luzia Guacira Dos Santos. Práticas Pedagógicas Para Uma Escola Sem Exclusões. São Paulo: Paulinas, 2014.

8-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, G. P. Minha escola recebeu alunos para a inclusão. Rio de Janeiro: Wak, 2011.
BRASIL. Lei no . 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei no . 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Diário oficial da União, Brasília, DF, 17 de julho de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>.
BRASIL. Lei no . 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário oficial da União, Brasília, DF, 21 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>.
JESUS, D. M. de et al. Inclusão: práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa. Porto Alegre: Mediação, 2007.
LIMA, P. A. Educação inclusiva: indagações e ações nas áreas. São Paulo: Avercamp, 2010.

 <p>INSTITUTO FEDERAL SÃO PAULO Campus São José dos Campos / Petrobras</p>	<p>CAMPUS</p> <p>São José dos Campos</p>
---	---

PLANO DE ENSINO

1- IDENTIFICAÇÃO				
Curso: PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA				
Componente curricular: Tecnologias da informação e comunicação na educação			Código: TICF3	
Ano/ Semestre: 2º/1º			Nº aulas semanais: 4	
Total de aulas: 72			Total de horas: 60h	
Conteúdos curriculares:	Prática de ensino:	Estudos:	Laboratório:	Orientação de estágio:
2- EMENTA:				
Paradigmas e concepções educativas na inserção das Tecnologias da Informação (TICs) na educação: estudo, análise e aplicação. Normas e regulamentações das TICs na educação. Utilização de objetos de aprendizagem e o emprego de design de conteúdos.				
3-OBJETIVOS:				
Identificar a relação comunicação e educação na sociedade contemporânea; Relacionar elementos mídia, cultura e subjetividade presentes na prática pedagógica;				
4-CONTEUDO PROGRAMATICO:				
As tecnologias da Informação e da Comunicação e as Bases da Psicologia da Aprendizagem Mídia, cultura e subjetividade Tecnologias e Mediação escolar As novas tecnologias da comunicação e informação Tecnologias Livres Relações presentes na comunicação e educação na sociedade contemporânea A influência da TV nos processos escolares Hipermídia e Educação; Objetos de aprendizagem; Design de conteúdos.				
5-METODOLOGIAS:				
Aula expositiva dialogada; Seleção de objeto/imagem para produção de aulas contextualizadas de física; Dinâmicas de grupo; leituras e estudos de textos; Pesquisas e elaborações orientadas; Uso de vídeos.				
6-CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:				
De acordo com as diretrizes das organizações didáticas ou normas acadêmicas vigentes.				
7-BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
ALVES, L. (Org.) Práticas Pedagógicas e Tecnologias Digitais. Rio de Janeiro: Epapers, 2006. BELLONI, Maria Luiza. O que é mídia-educação. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2009. BORGES, R. M. R.; BASSO, N. R. S.; ROCHA FILHO, J. B. Propostas interativas na educação científica e tecnológica. Porto Alegre: EDIPUCRS,				

2008. SANTOS, E.;

8-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:


CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede, vol. 1. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1999.

MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas : Papirus, 2000.

MORAN, José Manuel. A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá. Campinas: Papirus, 2009.

SOARES, Suely Galli. Educação e comunicação: o ideal de inclusão pelas tecnologias de informação: otimismo exacerbado e lucidez pedagógica. São Paulo: Cortez, 2006.

 <p>INSTITUTO FEDERAL SÃO PAULO Campus São José dos Campos / Petrobras</p>	<p>CAMPUS</p> <p>São José dos Campos</p>
--	---

PLANO DE ENSINO

1- IDENTIFICAÇÃO				
Curso: PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA				
Componente curricular: Desenvolvimento de projetos para a educação básica			Código: PEBF3	
Ano/ Semestre: 2º/1º			Nº aulas semanais: 4	
Total de aulas: 72			Total de horas: 60h	
Conteúdos curriculares:	Prática de ensino:	Estudos:	Laboratório:	Orientação de estágio:
2- EMENTA:				
<p>Conceito de projeto. Concepções de trabalho com projetos. Pedagogia de projetos: estrutura e planejamento. Características de um projeto. A integração das disciplinas em um projeto. Elaboração de propostas de trabalho com projetos para a Educação Básica. Análise de projetos elaborados e desenvolvidos em escolas de Educação Básica. Diferenciação entre pedagogia de projetos e modalidades organizativas.</p>				
3-OBJETIVOS:				
<p>Esta disciplina contribuirá para o docente refletir criticamente a organização do ensino de conteúdos por meio de projetos didáticos. Compreender a finalidade do projeto didático como recurso pedagógico a favor do processo de ensino e aprendizagem. Saber diferenciar os tipos de projetos. Perceber a relação entre a proposta pedagógica e a organização do ensino por projetos de trabalho. Entender a importância dos agentes educacionais na construção da proposta pedagógica, inclusive da comunidade, visando atender as necessidades de aprendizagem dos educandos por meio dos projetos didáticos significativos. Reconhecer a tecnologia como mais um recurso metodológico e, principalmente, como uma ferramenta da atualidade inserida na realidade do aluno. Perceber o papel do professor como um mediador entre o ensino e a aprendizagem, intervindo de forma significativa na construção do conhecimento do educando sempre que julgar necessário.</p>				
4-CONTEUDO PROGRAMÁTICO:				
<p>Conceito de projeto e um breve contexto histórico; Os entraves para a implantação de projetos pedagógicos na realidade das escolas brasileiras; A importância do projeto didático e suas finalidades, bem como distingui-lo de outros tipos de projetos; A heterogeneidade em sala de aula e os projetos; A relação entre a proposta pedagógica e a organização do ensino em projetos de trabalho; A interdisciplinaridade e os projetos; Estudando outros conceitos como a multidisciplinaridade, a pluridisciplinaridade e a transdisciplinaridade. Estrutura e funcionamento de um projeto. Etapas de elaboração. Contraposições entre o trabalho com disciplinas e o trabalho com projetos. Propostas de elaboração de projetos disciplinares ou interdisciplinares. Estudo</p>				

e análise das propostas de projetos elaborados e desenvolvidos em escolas de Educação Básica.
5-METODOLOGIAS:
Aula expositiva dialogada; Seleção de objeto/imagem para produção de aulas contextualizadas; Dinâmicas de grupo; leituras e estudos de textos; Pesquisas e elaborações orientadas; Uso de vídeos.
6-CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:
De acordo com as diretrizes das organizações didáticas ou normas acadêmicas vigentes.
7-BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
BORGES, R. M. R.; BASSO, N. R. S.; ROCHA FILHO, J. B. Propostas interativas na educação científica e tecnológica. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. HERNANDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. A organização do currículo por projetos de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 1998. SANTOS, E.; NOGUEIRA, N. R.; Pedagogia dos projetos: uma jornada interdisciplinar rumo ao desenvolvimento das múltiplas inteligências. São Paulo: Érica, 2001.
8-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
ALVES, L. (Org.) Práticas Pedagógicas e Tecnologias Digitais. Rio de Janeiro: Epapers, 2006. BARBOSA, Maria Carmen Silveira; HORN, Maria da Graça Souza. Projetos Pedagógicos na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2008. PACHECO, J. Escola da Ponte: formação e transformação da educação. Rio de Janeiro: Vozes, 2008. PACHECO, J. & PACHECO, M. DE F. A avaliação da aprendizagem na Escola da Ponte. Rio de Janeiro: Wak, 2012. PERRENOUD, P. Ofício do estudante e sentido do trabalho escolar. Porto: Porto Editora, 1995. YOUNG, M.F.D.; O currículo do futuro. Papirus, 2000.

14 CORPO DOCENTE

Nome do Professor	Titulação	Regime de Trabalho	Área
Andrea Santos Liu	Doutora	RDE	Química
Andrei Venturini Martins	Doutor	RDE	Educação
Graziela Marchi Tiago	Doutora	RDE	Matemática
Fabiane Guimarães Vieira Marcondes	Doutora	RDE	Matemática
Flavia Ruchdeschel D'Ávila	Mestre	RDE	Artes
Isabelita Maria Crosariol	Doutora	RDE	Letras
Leandro Salmagi Coutinho	Mestre	RDE	Física
Lívia Carolina Vieira	Doutora	RDE	Educação
Luís Henrique da Silva Novais	Mestre	RDE	Letras
Paulo Roberto Barbosa	Doutor	RDE	Matemática
Priscila Coelho Lima	Mestre	RDE	Matemática
Reginaldo de Oliveira Coelho	Especialista	RDE	LIBRAS/Educação
Ricardo Sorgon Pires	Doutor	RDE	História

14.1 CORPO TÉCNICO PEDAGÓGICO

Nome do Servidor	Formação	Cargo / Função
Andréia Alice Rodrigues da Costa	Especialista em Psicopedagogia e em Design Instrucional para EaD Virtual	Técnico em Assuntos Educacionais / Coordenadora Sociopedagógica
Edna de Almeida Seixas Carvalho Pena	Especialista em Ensino de Matemática e Gestão Educacional	Pedagoga
Elisângela Rodrigues Carrijo	Mestre em Ciência Política	Assistente Social
Laísa Conde Rocha	Especialização em Língua Brasileira de Sinais	Tradutora Intérprete de Libras
Marcelle Christiane Gomes do	Especialista em Dependência Química	Psicóloga

Nascimento Barros		
Patrícia Rodrigues Sanches	Especialista em Educação: História, Cultura e Sociedade	Pedagoga

15 METODOLOGIA

A formação de profissionais da educação básica deve ter como fundamento metodológico a associação entre teorias e práticas. Esta associação se dá de forma não hierárquica, ora a prática lapida a teoria, ora a teoria lapida a prática. Assim sendo a formação do professor deve se dar em condições didático-pedagógicas que favoreçam esta associação entre teorias e práticas tanto do ponto de vista dos conhecimentos específicos como dos pedagógicos.

Algumas formas de ensino e aprendizado já se estabeleceram como eficazes na construção da relação teoria e prática, em determinados níveis de aprendizado, como por exemplo: interdisciplinaridade, contextualização, transdisciplinaridade e análises de problemas vinculadas a propostas de ações. Elas precisam estar presentes no decorrer da formação, quer seja para utilizá-las, quer seja para investigá-las. Portanto, a base do curso será a reflexão sobre situações reais vividas pelos professores (e/ou participantes do curso) em suas experiências profissionais, e em situações fictícias que promovam a reflexão sobre a ação fundamentada em teorias e pesquisas da área da educação.

15.1 INTERDISCIPLINARIDADE

A atitude interdisciplinar diz respeito à constituição da competência de articulação dos saberes específicos de uma determinada área à totalidade do espectro de conhecimentos. No âmbito da formação do professor, ela se relaciona com a capacidade de “compreender o papel do recorte específico da sua disciplina na área de organização curricular em que se insere” bem como na elaboração e execução de projetos e atividades que favoreçam abordagens integralizadoras do saber.

O fenômeno da interdisciplinaridade como instrumento de resgate do ser humano com a síntese projeta-se no mundo todo. Mais importante que conceituar é refletir a respeito de atitudes que se constituem como interdisciplinares. A dificuldade na sua conceituação surge porque ela está pontuada de atitudes e não

simplesmente em um fazer; entretanto, precisa ser bem compreendida para que não ocorram desvios na sua prática, nesse sentido, é necessário refletir sobre as reivindicações que a geraram e sobre suas origens sendo esse o exercício a que deve se dispor para pensar o ser humano e as coisas do mundo.

A prática interdisciplinar pressupõe uma desconstrução, uma ruptura com o tradicional e com o cotidiano tarefairo escolar. O professor interdisciplinar percorre as regiões fronteiriças flexíveis onde o “eu” convive com o “outro” sem abrir mão de suas características, possibilitando a interdependência, o compartilhamento, o encontro, o diálogo e as transformações. Esse é o movimento da interdisciplinaridade caracterizada por atitudes ante ao conhecimento.

ATENDIMENTO AO DISCENTE

De acordo com a LDB (Lei 9394/96, Art. 47, parágrafo 1º), a instituição (no nosso caso, o campus) deve disponibilizar aos alunos as informações dos cursos: seus programas e componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação. Da mesma forma, é de responsabilidade do campus a divulgação de todas as informações acadêmicas do estudante, a serem disponibilizadas na forma impressa ou virtual (Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007, alterada pela Portaria Normativa MEC nº 23/2010).

O apoio ao discente tem como objetivo principal fornecer ao estudante o acompanhamento e os instrumentais necessários para iniciar e prosseguir seus estudos. Dessa forma, serão desenvolvidas ações afirmativas de caracterização e constituição do perfil do corpo discente, estabelecimento de hábitos de estudo, de programas de apoio extraclasse e orientação psicopedagógica, estímulo à permanência e contenção da evasão, apoio à organização estudantil e promoção da interação e convivência harmônica nos espaços acadêmicos, dentre outras possibilidades.

A caracterização do perfil do corpo discente poderá ser utilizada como subsídio para construção de estratégias de atuação dos docentes que irão assumir as disciplinas, respeitando as especificidades do grupo, para possibilitar a proposição de metodologias mais adequadas à turma.

O apoio psicológico, social e pedagógico ocorre por meio do atendimento individual e coletivo, efetivado pelo Serviço Sociopedagógico: equipe multidisciplinar

composta por pedagogo, assistente social, psicólogo e TAE, que atua também nos projetos de contenção de evasão, na Assistência Estudantil e NAPNE (Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais), numa perspectiva dinâmica e integradora. Dentre outras ações, o Serviço Sociopedagógico fará o acompanhamento permanente do estudante, a partir de questionários sobre os dados dos alunos e sua realidade, dos registros de frequência e rendimentos / nota, além de outros elementos. A partir disso, o Serviço Sociopedagógico deve propor intervenções e acompanhar os resultados, fazendo os encaminhamentos necessários.

16 CRITÉRIOS DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E CONTROLE DE FREQUÊNCIA

As avaliações e atribuição de notas serão realizadas conforme prescrito na Organização Didática do IFSP. É importante ressaltar que os critérios de avaliação na Educação Superior, incluindo a pós-graduação, primam pela autonomia intelectual.

Quanto ao controle de frequência, os alunos deverão apresentar 75% de frequência para serem aprovados, conforme a Organização Didática do IFSP.

17 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

O aproveitamento de estudos seguirá o previsto no Regimento geral para os cursos de pós-graduação *lato sensu* do IFSP que determina, no Art.41:

Poderá ser concedido aproveitamento de estudos dos componentes curriculares cursados com êxito em instituições reconhecidas pelo MEC, desde que sejam semelhantes em objetivos, carga horária, modalidade (presencial ou à distância) e conteúdo programático às disciplinas ofertadas pelos cursos de pós-graduação do IFSP e cursados a menos de 5 (cinco) anos.

§ 1º A solicitação de aproveitamento de estudos deverá seguir o processo estabelecido pela Organização Didática e demais normativas internas.

§ 2º Caberá ao Colegiado a análise e concessão da solicitação de que trata o caput.

§ 3º O aproveitamento de estudos de componentes curriculares cursados em outras instituições não poderá ser superior a 30% (trinta por cento) da carga horária do curso, excetuado o tempo regulamentado para o Trabalho de Conclusão de Curso.

§ 4º O aproveitamento de estudos de componentes curriculares cursados no próprio IFSP poderão alcançar a integralidade da carga horária do curso, desde que respeitados os critérios estabelecidos no caput.

18 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os alunos deverão obrigatoriamente apresentar o Trabalho de Conclusão de Curso para a obtenção do certificado. O trabalho deverá ser orientado por um docente regular do curso (efetivo, voluntário, convidado ou substituto). As atividades de orientação deverão indicar aos estudantes leituras pertinentes para o desenvolvimento de sua investigação, assim como às eventuais indicações de atividades que podem contribuir com o processo de formação do aluno.

Estão previstas 60 horas para desenvolvimento do Trabalho de conclusão de curso na organização curricular que seguirá as determinações da Resolução nº 39 de 06 de maio de 2014 do IFSP para a determinação da natureza do trabalho. Desta forma, a monografia poderá ser substituída por elaboração de artigo completo, aprovado para publicação em periódico com *Qualis A, B ou C*, ou em evento de caráter acadêmico, com abrangência no mínimo regional, da área da especialização em questão desde que haja avaliação por pares e tenha como autores tão somente um aluno, o orientador e, quando houver, o co-orientador.

O resultado da avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso se limitará à APROVADO ou REPROVADO.

19 INDICADORES DE DESEMPENHO

A comissão de elaboração deste projeto estabeleceu, ainda, alguns indicadores de desempenho do curso descritos a seguir. A ideia destes indicadores é a de que sirvam como critérios para análise prática do sucesso da implementação da presente proposta. Desta forma, entendemos, que caso estes indicadores sejam satisfeitos, o curso estará cumprindo seu papel, de forma satisfatória. Os indicadores são:

- Índice médio de alunos desistentes inferior a 25% de alunos matriculados.
- Publicações anuais de docentes e discentes.

- Participação anuais de alunos e professores em Congressos, Seminários, Workshops e outras modalidades de reuniões de caráter científico.

20 CERTIFICAÇÃO

O aluno obterá um certificado de especialista em Docência na Educação Básica por meio da aprovação em todas as disciplinas (média 6,0 e 75% de frequência) e a entrega e análise do Trabalho de Conclusão de Curso. O IFSP irá cancelar o certificado, observando as condições para sua emissão e as formas de controle da documentação nos termos da resolução CNE/CES N°1/2007.

21 INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

O espaço conta com uma área de cerca de 35.000 m², composto por um conjunto de cinco prédios divididos em ambientes administrativo e educacional, com salas de aula, biblioteca, laboratórios de informática, área de convívio, cantina e laboratórios específicos.

21.1 INFRA-ESTRUTURA FÍSICA

Tipo de Instalação	Quantidade Atual	Área (m²)
Auditório	1	143,6
Biblioteca	1	142,5
Instalações Administrativas: Coordenadoria de Extensão (CEX), Secretaria/ Coordenadoria de Registros Escolares (CRE), Coordenadoria de Apoio ao Ensino (CAE), Coordenadoria de Pesquisa e Inovação (CPI), Gerência Administrativa (GAD), Coordenadoria de Almoarifado e Patrimônio (CAP), Sala do Sociopedagógico, Sala de Reuniões, Sala de Direção	11	285,4
Laboratórios: Informática A e B, Laboratório de Eletrônica Analógica, Laboratório de Eletrônica Digital, Laboratório de Metrologia, Laboratório de Ensaios Mecânicos, Laboratório de Usinagem	14	844,3
Salas de aula (incompleto)	12	376,9
Salas de Coordenação: Cursos Técnicos, Cursos EAD	4	35,4
Salas de Docentes: Automação, Eletrotécnica, Mecânica, Matemática e Química	5	112,3
Banheiros Femininos	3	46,5

Banheiro e Vestiário Feminino	1	69,3
Banheiros Masculinos	4	88,0
Banheiro e Vestiário Masculino	1	51,7
Banheiros dos Docentes	1	15,4
Banheiro para Portador de Necessidades Especiais (PNE)	1	7,7
Sala de Estudos	1	20,6
Copa para os Servidores	1	13,7
Sala de Impressão	1	16,0
Jardim e Área de Convivência	3	687
Sala do Grêmio Estudantil	1	26,4
Cantina + Área de Serviço + Refeitório	1	418,8
Estacionamento para Estudantes e para Servidores	1	3.300
Área Disponível Coberta	1	2.786
Recepção na entrada do <i>campus</i>	1	34,4
Portaria	1	26,0
Salas das Empresas de Jardinagem, de Segurança, de Manutenção e de Limpeza	4	89,6
Contabilidade/ Financeiro	1	17,4
Sala de Redes/ PABX	1	15,7
Sala de Material de Limpeza	1	9,4
Laboratório de Automação	1	37,8
Coordenadoria de Apoio à Direção, CAD	1	17,8
Sala de Gerência Educacional	1	32,7
Almoxarifado Elétrico	1	10,4
Sala de Distribuição de Redes	1	15,7
Copa	1	13,7
Sala com Material da Fanfarra	1	10,3
Sala de Atendimento ao Discente	1	20,2
Sala de Disjuntores e Energia	1	15,0
Sala do Servidor	1	20,0

21.2 LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA

Equipamento	Especificação	Quantidade
Computadores	Core 2 Duo, 2.66GHz, HD 160GB, 2GB de memória RAM	110
Impressoras	Computador Core 2 Duo, 2.8GHz, HD 320GB, 3GB de memória RAM, Placa Wireless	25

21.3 LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS

Equipamento	Especificação	Quantidade
	Laboratório de Ensino de Matemática	01
	Laboratório de Instrumentação para o Ensino de Química	01

21.4 BIBLIOTECA : ACERVO POR ÁREA DO CONHECIMENTO/EXEMPLARES POR CLASSIFICAÇÃO CNPQ

Área	Total do acervo	Total de exemplares
Ciências Exatas e da Terra	178	1296
Ciências Biológicas	10	79
Engenharias	138	1045
Ciências Sociais Aplicadas	37	239
Linguística, Letras e Artes	66	398
Total	442	3152

Fonte: Sistema de Biblioteca Pergamum, extração de informações do dia 04/08/2016

22 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FONSECA, C. *História do Ensino Industrial no Brasil*. Vol. 1, 2 e 3. RJ: SENAI, 1986.
- MATIAS, C. R. *Reforma da Educação Profissional na Unidade de Sertãozinho do CEFET/SP*. Dissertação (Mestrado em Educação). UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2004.
- PINTO, G. T. *Oitenta e Dois Anos Depois: Relendo o Relatório Ludiretz no CEFET São Paulo*. Relatório (Qualificação em Administração e Liderança) para obtenção do título de mestre. UNISA, São Paulo, 2008.

23 APÊNDICE: MODELO DE CERTIFICADO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência
e Tecnologia de São Paulo



CERTIFICADO

O Diretor Geral do campusXXXXXXXXXXXXXXXXXX
do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo,
no uso de suas atribuições, certifica que

NOME ALUNO

_____ nacionalidade brasileira, natural do Estado deXXXX, nascido(a) emxx dexxxxxx dexxxx,
RG xx.xxx.xxx-x, SSP:XX, concluiu com aproveitamento e frequência o Curso de
Pós-Graduação Lato Sensu em nível deESPECIALIZAÇÃO EM XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX -
Área de Conhecimento XXXXXXXXXXXX, emxx dexxxxxx dexxxx,
a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais

São Paulo, 7 de fevereiro de 2017.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX
Diretor-Geral do Campus

Nome Aluno

Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*, autorizado pela Resolução nº _____, de ___/___/_____, do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.

Certificado expedido pela Coordenadoria de Registros Escolares de Pós-Graduação, do *Campus XXXXX*, SP, em 23 de março de 2018.

Nome da coordenadora
Coordenadora de Registros Escolares de Pós-Graduação